

## NOTA PRÉVIA

A promulgação da Lei 13.105, de 16.03.2015, ou do Novo Código de Processo Civil, representa, sobretudo, esperança de uma justiça civil bem melhor do que a realizada presentemente. Em torno desse diploma, também conhecido como “Código Fux”, sem pejo da valiosa contribuição de outros juristas ao conjunto do texto, manifestou-se grande e compreensível interesse, parecendo justificar-se, a esse título, a edição da obra que culmina e sintetiza nossos estudos nessa área específica do direito – o *Processo Civil Brasileiro*.

Impõe-se esclarecer, de saída, alguns pontos. A organização dos assuntos deve-se antes ao sistema do autor do que a distribuição das matérias no NCPC. Assim, em diversos capítulos cuida-se tanto da função de conhecimento, quanto da função executiva e cautelar, como seria de se esperar no âmbito da teoria geral do processo. Porém, inexistem incompatibilidades: há mais informações úteis ao leitor, e, não, menos subsídios para seus estudos e trabalhos.

Buscou-se resgatar o sentido histórico de regras e institutos do NCPC. Apresentadas como inovações revolucionárias, determinadas soluções técnicas já eram conhecidas, embora abandonadas na legislação posterior, ou são muito antigas. A inquirição da testemunha diretamente pelos advogados das partes (art. 459, *caput*, do NCPC), a revelar surpreendentes pendores liberais, era o regime do Regulamento 737/1850, e, na sua vigência, apresentou o grave defeito de o juiz não comparecer à audiência, encarregando o escrivão de policiar a atividade. A tão gabada improcedência liminar do pedido (art. 332 do NCPC) originou-se de reforma da legislação processual portuguesa há quase um século. Parece inútil filia-la a instituto similar da *Common Law*. Ocioso frisar que nada disso resolveu a profunda crise da justiça civil e é duvidoso que apresentará frutos apreciáveis.

Em todo o caso, valendo-se de todos os recursos concebíveis da farmacopeia brasileira, senão universal, o NCPC aposta na liquidação, a médio prazo, do único e grande problema enfrentado na correta aplicação da lei processual – o número excessivo de litígios. Para essa finalidade, propõe-se a reduzir, drasticamente, a independência jurídica dos órgãos judiciários inferiores, doravante vinculados às teses jurídicas fixadas pelos tribunais superiores. Em outras palavras, o juiz de primeiro grau até pode ignorar a lei material ou deixar de aplicá-la confessadamente; porém, abstendo-se de observar na solução do litígio o acórdão proferido

em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, sujeitar-se-á ao ignominioso remédio da reclamação (art. 988, IV, do NCPC), cujo acolhimento implicará a cassação da “decisão exorbitante” (art. 992 do NCPC). A função proeminente dos precedentes no direito brasileiro promoverá – permita-se a metáfora – o insólito acasalamento de jacaré e de cobra d’água. Em ordenamento filiado ao sistema da *Civil Law*, ou seja, dotado de regras gerais e abstratas supostamente tendentes à universalidade, portanto abrangendo situações futuras, eis que a regra jurídica concreta formulada pelos tribunais adquire eficácia vinculante de cima para baixo, e, não, através do consenso da conveniência em aplicar a tese jurídica em casos similares. É preciso aguardar os resultados do acasalamento. Porém, aplicado rigidamente o sistema, não se abstendo os tribunais superiores de conhecer e de acolher as inevitáveis reclamações, talvez o número prodigioso dos litígios seja contido e minorado.

Fitando essa possibilidade, o procedimento comum aumentou os deveres do órgão judiciário de primeiro grau, pretendendo aprimorar a qualidade das decisões. Realmente, a atividade dos juízes e das juízas, sobrecarregados por dezenas de milhares de processos (o número não é hipotético), deixa a desejar nesse último aspecto. Embora seja muito realçado o dever de motivação (art. 489, § 1.º, do NCPC), tecnicamente correto, mas impraticável nos termos delineados na regra se a pessoa investida na função judicante usufruir de vagares para analisar os atos postulatórios das partes e redigir o ato, o âmago do procedimento comum avulta no art. 357 do NCPC, ou seja, na decisão de saneamento e de organização do processo. Do órgão judiciário, revelando-se útil e necessário o prosseguimento do feito, aguarda-se a resolução das questões processuais pendentes; a fixação do tema da prova, ou seja, a delimitação das questões de fato objeto da instrução, deferindo ou ordenando a produção dos meios de prova pertinentes; a distribuição do ônus da prova (quem deve provar o que); a delimitação das questões de direito, visando a não surpreender as partes no futuro julgamento, malgrado a máxima *iura novit curia*; e a designação da audiência de instrução, se for o caso. O desempenho dessa complexa e delicada atividade exigirá, outra vez, profícua reflexão. É necessário ler e, principalmente, entender os atos postulatórios das partes e o teor da controvérsia. Se, mais uma vez, é praticável (ou não) essa magna tarefa, constitui outro problema. Por óbvio, exploradas todas as potencialidades da regra de “condensação”, o juiz terá o processo, por assim dizer, “na mão”. E, sem dúvida, o NCPC redefiniu o domínio das partes no processo civil, valendo citar, a esse propósito, o procedimento convencional do art. 190.

Só o tempo revelará todas as potencialidades do NCPC. Essa obra não poderia esgotá-las desde logo. Não deixou de apresentá-las, sempre que possível, a exemplo de aspectos surpreendentes: a menção a “relação processual” (art. 238, *in fine*, do NCPC), desvelando a natureza jurídica do processo, e aos “fatos processuais”

(art. 771 do NCPC), importante categoria na construção dos atos processuais. Progressivamente, incorporar-se-ão ao texto as contribuições da doutrina e da jurisprudência surgidas após a vigência do NCPC, se a acolhida do livro permitir novas edições. Vai a lume a obra com o que se escreveu no direito anterior.

A nota prévia já se alongou demasiado, cabendo encerrá-la com breve crítica à redação da lei. Não só a escassez de artigos e a profusão de parágrafos e incisos (por exemplo, no art. 85 do NCPC) dificultará a interpretação e a aplicação das normas processuais. Também o legislador teve imensa dificuldade em exprimir seu pensamento em muitos casos e, não raro, empregou linguagem vulgar: art. 437, § 1.º, do NCPC, permite à parte adotar “posturas”, qual expressão corporal, na manifestação sobre a juntada de documentos. Não se compreende facilmente o escasso apreço ao vernáculo em código eminentemente técnico.

Essas e outras imperfeições convivem, como destacado no início, com a fundada esperança de uma justiça melhor para as partes.

O autor dedica o livro aos entusiasmados companheiros do início da jornada: Antonio Dall’Agnol, Fábio Gomes, Gérson Fischmann, Maria Berenice Dias e Sérgio Gilberto Porto. Ao novo companheiro de estudos, Eduardo Arruda Alvim. A Fernando Krieg da Fonseca, meu primeiro mentor na advocacia. Recorda carinhosamente os saudosos professores Galeno Lacerda e Ovídio Araújo Baptista da Silva, responsáveis pela formação do autor como processualista, e, ainda, o atuante e atento José Maria Rosa Tesheiner, professor na graduação e colega no TJRS e no PPGD da PUCRS.

E, naturalmente, dedica o livro à esposa, Desembargadora Mara Larsen Chechi, e aos nossos filhos, Cássio Chechi de Assis e Bóris Chechi de Assis, agradecendo-lhes o desmedido amor e a generosa compreensão pelo tempo subtraído à convivência familiar.

O autor agradece o enérgico apoio da Dr.<sup>a</sup> Marisa Harms ao projeto. Também agradece à equipe de revisão técnica da RT, liderada pelo Dr. George Silva Melo. Eventuais erros materiais, se houver, são imputáveis ao autor.

O AUTOR



## SUMÁRIO

<b>Estrutura da Obra</b> .....	9
<b>Nota Prévia</b> .....	11
<b>Lista de Abreviaturas</b> .....	51

### LIVRO 1 – TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL

#### TÍTULO I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

<b>CAPÍTULO 1 – FUNÇÕES E LIMITES DO PROCESSO CIVIL</b> .....	55
<b>§ 1.º Conceito e funções do processo civil</b> .....	55
1. Sociedade, conflito e processo .....	55
2. Funções instrumentais do processo civil .....	62
3. Estrutura e elementos do processo civil .....	66
<b>§ 2.º Processo civil e Justiça Pública</b> .....	70
4. Caracteres da Justiça Pública .....	70
4.1. Igualdade no acesso à Justiça Pública .....	73
4.2. Gratuidade no acesso à Justiça Pública .....	75
4.3. Responsabilidade no acesso à Justiça Pública .....	78
5. Crise da Justiça Pública.....	80
<b>CAPÍTULO 2 – RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DOS CONFLITOS</b> .....	89
<b>§ 3.º Equivalentes do processo civil</b> .....	90
6. Efetividade do processo civil .....	90
7. Fase preliminar de mediação e de conciliação.....	93

<b>§ 4.º Etapa da mediação e conciliação</b> .....	95
8. Diferença entre mediação e conciliação .....	95
9. Espécies de mediação e de conciliação .....	97
10. Natureza da mediação e da conciliação .....	97
11. Objeto da mediação e da conciliação .....	98
12. Participantes da mediação e da conciliação .....	99
13. Procedimento da mediação e da conciliação.....	99
14. Efeitos da mediação e da conciliação .....	101
<b>§ 5.º Juizado Especial</b> .....	102
15. Fundamento e origens do juizado especial.....	102
16. Natureza dos juzizados especiais .....	107
17. Espécies de juzizados especiais .....	107
18. Objeto dos juzizados especiais .....	108
18.1. Objeto dos juzizados especiais ordinários.....	108
18.2. Objeto dos juzizados especiais da Fazenda Pública.....	109
18.2.1. Pretensões excluídas dos juzizados especiais da Fa- zenda Pública da Justiça Comum .....	110
18.2.2. Pretensões excluídas dos juzizados especiais da Fa- zenda Pública na Justiça Federal.....	111
19. Partes no juizado especial .....	112
19.1. Partes no juizado especial ordinário da Justiça Comum.....	112
19.2. Partes no juizado especial da Fazenda Pública da Justiça Comum .....	112
19.3. Partes no juizado especial da Fazenda Pública da Justiça Federal.....	113
20. Procedimento nos juzizados especiais.....	114
21. Execução nos juzizados especiais.....	114
21.1. Definição de dívida de pequeno valor e limitação da com- petência dos juzizados especiais da Fazenda Pública .....	115
21.2. Execução incidente nos juzizados especiais da Fazenda Pú- blica .....	116
21.3. Destinatário da ordem de cumprimento na execução pe- rante os juzizados especiais da Fazenda Pública .....	118
21.4. Emissão da ordem de cumprimento na execução perante os juzizados especiais da Fazenda Pública .....	119

21.5. Descumprimento da ordem de cumprimento de obrigação pecuniária na execução perante os juizados especiais da Fazenda Pública.....	121
<b>§ 6.º Juízo Arbitral.....</b>	<b>122</b>
22. Origens da arbitragem.....	122
23. Natureza da arbitragem.....	124
24. Espécies de arbitragem.....	125
24.1. Arbitragem individual ( <i>ad hoc</i> ) e arbitragem institucional	125
24.2. Arbitragem livre e arbitragem obrigatória .....	125
24.3. Arbitragem segundo o direito e arbitragem segundo a equidade .....	125
24.4. Arbitragem nacional e arbitragem internacional.....	126
24.5. Arbitragem facultativa e arbitragem vinculante.....	126
25. Objeto da arbitragem.....	127
26. Partes na arbitragem.....	127
27. Procedimento da arbitragem .....	128
28. Efeitos da arbitragem.....	130
29. Execução da sentença arbitral .....	132
30. Controle judiciário da arbitragem .....	134
<b>CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES DO PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>138</b>
<b>§ 7.º Extensão do processo civil brasileiro .....</b>	<b>138</b>
31. Sistema da dualidade da jurisdição .....	138
32. Sistema da unidade da jurisdição .....	140
<b>§ 8.º Processo civil e processo penal .....</b>	<b>142</b>
33. Origem comum das ações civil e penal.....	142
34. Sistemas de coordenação das ações civil e penal.....	143
35. Regime brasileiro de coordenação das ações civil e penal .....	144
<b>§ 9.º Processo civil e processo administrativo .....</b>	<b>149</b>
36. Controle jurisdicional da administração .....	149
37. Limites do controle judiciário quanto à matéria .....	151
38. Limites do controle judiciário quanto à oportunidade .....	154
39. Limites do controle judiciário quanto aos efeitos.....	154

40. Limites do controle judiciário quanto à extensão .....	155
41. Controle judiciário do processo administrativo .....	161
<b>§ 10.º Meios de controle do processo administrativo .....</b>	<b>165</b>
42. Remédios de controle do processo administrativo .....	165
43. <i>Habeas corpus</i> .....	166
43.1. Objeto do <i>habeas corpus</i> .....	166
43.2. Partes no <i>habeas corpus</i> .....	168
43.3. Natureza da sentença no <i>habeas corpus</i> .....	168
44. <i>Habeas data</i> .....	168
44.1. Objeto do <i>habeas data</i> .....	168
44.2. Partes no <i>habeas data</i> .....	170
44.3. Natureza da sentença no <i>habeas data</i> .....	170
45. Mandado de segurança .....	170
45.1. Objeto do mandado de segurança .....	171
45.2. Partes no mandado de segurança .....	173
45.3. Natureza da sentença do mandado de segurança .....	176
46. Mandado de injunção .....	177
46.1. Objeto do mandado de injunção .....	177
46.2. Partes no mandado de injunção .....	178
46.3. Natureza da sentença no mandado de injunção .....	178
47. Ação popular .....	180
47.1. Objeto da ação popular .....	180
47.2. Partes na ação popular .....	181
47.3. Natureza da sentença na ação popular .....	182
48. Ação civil pública .....	182
48.1. Objeto da ação civil pública .....	183
48.2. Partes na ação civil pública .....	184
48.3. Natureza da sentença na ação civil pública .....	186
<b>CAPÍTULO 4 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....</b>	<b>187</b>
<b>§ 11.º Noções de direito processual .....</b>	<b>187</b>
49. Conceito de direito processual civil .....	187
50. Natureza do direito processual civil .....	189



51. Modelo do direito processual civil .....	192
52. Ramos do direito processual civil .....	195
53. Sistemática do direito processual civil .....	195
<b>§ 12.º Normas de direito processual civil.....</b>	<b>198</b>
54. Objeto das normas de direito processual civil .....	198
54.1. Norma processual e norma substantiva .....	200
54.2. Norma processual e norma de organização judiciária .....	204
54.3. Norma processual e procedimental .....	205
55. Espécies de normas processuais.....	206
56. Conhecimento das normas processuais .....	208
<b>§ 13.º Fontes das normas processuais .....</b>	<b>209</b>
57. Enumeração das fontes das normas processuais .....	209
58. Fontes constitucionais das normas processuais .....	210
59. Fontes infraconstitucionais das normas processuais .....	212
60. Fontes locais das normas processuais.....	216
61. Fontes regulamentares das normas processuais .....	216
62. Fontes jurisprudenciais das normas processuais.....	218
62.1. Súmula vinculante como fonte do direito .....	220
62.2. Controle concentrado de constitucionalidade como fonte do direito.....	221
62.3. Precedente obrigatório como fonte do direito .....	222
63. Fontes costumeiras das normas processuais.....	224
<b>§ 14.º Interpretação das normas processuais.....</b>	<b>225</b>
64. Compreensão das normas processuais.....	225
65. Métodos de compreensão das normas processuais .....	227
66. Métodos de extensão das normas processuais .....	229
66.1. Interpretação extensiva .....	229
66.2. Interpretação declarativa.....	229
66.3. Interpretação restritiva .....	229
67. Integração das normas processuais.....	229
<b>§ 15.º Limites das normas processuais.....</b>	<b>230</b>
68. Limites espaciais das normas processuais.....	230

69. Limites temporais das normas processuais .....	232
69.1. Direito intertemporal em matéria de competência .....	238
69.2. Direito intertemporal em matéria de recursos .....	239
69.3. Direito intertemporal em matéria de prova.....	242
<b>CAPÍTULO 5 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO .....</b>	<b>244</b>
<b>§ 16.º Etapas legislativas do processo civil brasileiro .....</b>	<b>244</b>
70. Evolução do direito processual civil .....	244
71. Período das fontes lusitanas.....	251
72. Período da independência política.....	253
73. Primeiro período republicano: a pluralidade processual .....	258
74. Segundo período republicano: a unificação processual .....	260
75. Terceiro período republicano: as reformas parciais .....	267
75.1. Reformas parciais no sistema da execução.....	269
75.2. Reformas parciais no sistema de recursos .....	270
75.3. Defeitos congênitos das reformas parciais .....	275
75.4. Efeitos colaterais das reformas parciais .....	276
76. Terceira codificação processual unitária.....	277
<b>§ 17.º Bases ideológicas do processo civil contemporâneo.....</b>	<b>279</b>
77. Redefinição da função judicial.....	279
78. Processo civil liberal .....	281
79. Processo civil totalitário .....	283
80. Processo civil autoritário.....	284
81. Processo civil garantista .....	287
<b>CAPÍTULO 6 – RELAÇÃO PROCESSUAL CIVIL.....</b>	<b>294</b>
<b>§ 18.º Natureza jurídica do processo.....</b>	<b>294</b>
82. Conceito de processo .....	294
83. Processo como relação jurídica .....	298
84. Processo como situação jurídica .....	303
85. Processo como instituição .....	305
86. Processo como procedimento contraditório.....	306
87. Processo como modelo constitucional .....	307
88. Processo como neoinstituição .....	308

<b>§ 19.º Relação processual civil</b> .....	309
89. Conceito de relação processual .....	309
90. Sujeitos da relação processual .....	310
91. Forma da relação processual civil .....	311
92. Planos da relação processual civil.....	313
93. Características da relação processual civil .....	314
93.1. Autonomia da relação processual .....	314
93.2. Totalidade da relação processual .....	315
93.3. Complexidade da relação processual.....	316
94. Objeto da relação processual civil.....	317
95. Formação da relação processual civil.....	321
96. Extinção da relação processual civil .....	321
<b>§ 20.º Pressupostos processuais</b> .....	322
97. Problema terminológico nos pressupostos processuais.....	322
98. Composição dos pressupostos processuais.....	324
99. Conceito de pressupostos processuais.....	326
100. Classificação dos pressupostos processuais .....	327
101. Controle dos pressupostos processuais .....	328
101.1. Oportunidade do controle dos pressupostos processuais .	329
101.2. Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais .	330
<b>CAPÍTULO 7 – PROCEDIMENTO CIVIL</b> .....	331
<b>§ 21.º Organização da atividade processual</b> .....	331
102. Conceito de procedimento .....	331
103. Competência legislativa em matéria de procedimento .....	336
103.1. Conteúdo das normas procedimentais .....	339
103.2. Momentos, fases e modelos procedimentais .....	340
104. Princípios informativos do procedimento.....	341
104.1. Princípios da oralidade e da escritura .....	342
104.2. Princípios da cognição sumária e da plenária .....	346
104.3. Princípio da adequação .....	350
104.4. Princípio da preclusão .....	351

<b>§ 22.º Procedimento na cognição</b> .....	353
105. Classificação dos procedimentos .....	353
106. Características do procedimento da função de conhecimento ....	355
106.1. Características do procedimento comum .....	355
106.2. Características do procedimento convencional .....	357
106.2.1. Pressupostos do procedimento convencional .....	358
106.2.2. Natureza do procedimento convencional .....	359
106.2.3. Objeto do procedimento convencional .....	359
106.2.4. Momento do procedimento convencional.....	361
106.2.5. Efeitos do procedimento convencional .....	361
107. Características dos procedimentos especiais da função de conhecimento.....	362
108. Caráter subsidiário do procedimento comum .....	363
109. Obrigatoriedade do procedimento.....	364
110. Compatibilidade dos procedimentos.....	367
111. Conversão do procedimento impróprio no próprio .....	369
<b>§ 23.º Procedimento na execução</b> .....	372
112. Espécies de execução.....	372
113. Classificação dos procedimentos executivos.....	373
<b>§ 24.º Procedimento cautelar</b> .....	376
114. Procedimento cautelar comum.....	376
115. Características do procedimento cautelar comum .....	380

## **TÍTULO II – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL**

<b>CAPÍTULO 8 – DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS</b> .....	383
<b>§ 25.º Conceito dos direitos fundamentais processuais</b> .....	383
116. Evolução das garantias processuais no direito brasileiro.....	383
117. Identificação do conteúdo mínimo das garantias processuais ....	387
<b>§ 26.º Regime dos direitos fundamentais processuais</b> .....	390
118. Questão terminológica: garantias, princípios e direitos .....	390
119. Funções das garantias processuais no processo civil .....	392

<b>CAPÍTULO 9 – DIREITO FUNDAMENTAL DO ACESSO À JUSTIÇA .....</b>	<b>396</b>
<b>§ 27.º Direito de acesso à Justiça.....</b>	<b>396</b>
120. Conteúdo essencial do direito de acesso à Justiça .....	396
121. Finalidades do direito de acesso à Justiça.....	401
<b>§ 28.º Limitações do direito de acesso à Justiça .....</b>	<b>401</b>
122. Regime geral das limitações do acesso à Justiça.....	401
123. Esgotamento da instância desportiva .....	403
124. Esgotamento da instância administrativa .....	405
125. Proibição da litisregulação <i>ope iudicis</i> .....	406
126. Exclusão de matérias da tutela coletiva.....	408
<b>CAPÍTULO 10 – DIREITO FUNDAMENTAL DO DEVIDO PROCESSO .....</b>	<b>409</b>
<b>§ 29.º Direito ao devido processo .....</b>	<b>409</b>
127. Conteúdo essencial do direito ao devido processo.....	409
128. Finalidades do direito ao devido processo .....	414
129. Aplicações do direito ao devido processo.....	415
<b>§ 30.º Direito ao contraditório.....</b>	<b>416</b>
130. Conteúdo essencial do direito ao contraditório .....	416
131. Finalidades do direito ao contraditório.....	423
<b>§ 31.º Restrições ao contraditório.....</b>	<b>423</b>
132. Impossibilidade de supressão do contraditório .....	423
133. Contraditório diferido em razão da urgência e da evidência .....	424
134. Contraditório diferido em razão da função instrumental do pro- cesso .....	425
135. Contraditório diferido em razão da vantagem da parte .....	427
<b>§ 32.º Direito à ampla defesa.....</b>	<b>428</b>
136. Conteúdo essencial do direito à ampla defesa.....	428
137. Finalidades do direito à ampla defesa .....	430
<b>§ 33.º Limitações do direito à ampla defesa .....</b>	<b>431</b>
138. Regime geral das limitações à defesa.....	431
139. Limitações da defesa na representação técnica.....	431
140. Limitações temporais à defesa.....	433

141. Limitações da defesa na prova .....	434
142. Limitações da defesa perante a natureza da causa .....	435
143. Limitações da defesa no ambiente eletrônico .....	436
144. Limitações à defesa no debate oral .....	437

## **CAPÍTULO 11 – DIREITOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS À ESTRUTURA DO PROCESSO** .....

<b>§ 34.º Direito à motivação dos provimentos judiciais</b> .....	440
145. Conteúdo essencial do direito à motivação .....	440
146. Finalidades do direito à motivação.....	443
146.1. Finalidades internas da motivação .....	444
146.2. Finalidades externas da motivação .....	444
147. Limites ao direito à motivação .....	445
148. Consequências da falta ou da insuficiência da motivação.....	448
<b>§ 35.º Direito ao juiz natural</b> .....	449
149. Conteúdo essencial do direito ao juiz natural.....	449
150. Finalidades do direito ao juiz natural e projeções técnicas da garantia.....	451
151. Limitações do direito ao juiz natural .....	451
152. Direito ao promotor e ao defensor público natural .....	452
<b>§ 36.º Direito à igualdade</b> .....	454
153. Conteúdo essencial do direito à igualdade .....	454
154. Finalidade do direito à igualdade .....	455
<b>§ 37.º Limitações do direito à igualdade</b> .....	456
155. Compensações à desigualdade no processo civil .....	456
156. Igualdade formal no processo civil .....	456
156.1. Igualdade formal de tratamento nos prazos processuais ...	457
156.2. Igualdade formal na comunicação dos atos processuais ...	459
156.3. Igualdade formal na distribuição do ônus da prova.....	459
156.4. Igualdade formal de tratamento nos recursos.....	460
156.5. Igualdade formal consoante a natureza do ato processual	461
156.6. Igualdade formal na tramitação do processo .....	462
156.7. Igualdade formal no regime financeiro do processo.....	462

156.8. Igualdade formal na ordem cronológica dos julgamentos.	464
156.8.1. Organização e divulgação da lista cronológica.....	465
156.8.2. Exceções à ordem cronológica dos julgamentos ....	466
156.8.3. Alterações na ordem cronológica de julgamentos .	467
157. Igualdade material no processo civil .....	467
<b>§ 38.º Direito à licitude da prova.....</b>	<b>470</b>
158. Conteúdo essencial do direito à licitude da prova .....	470
158.1. Direito à prova no processo civil.....	470
158.1.1. Conteúdo e eventualidade do direito à prova no processo civil .....	472
158.1.2. Finalidades do direito à prova no processo civil ....	474
158.2. Limitações do direito à prova no processo civil .....	475
158.3. Formas de desvelar o direito à privacidade.....	477
158.4. Consequências da prova ilícita no processo civil .....	478
159. Formas de ilicitude da prova .....	479
160. Caráter absoluto ou relativo do direito à licitude da prova.....	482
<b>§ 39.º Direito à celeridade .....</b>	<b>484</b>
161. Conteúdo essencial do direito à celeridade .....	484
162. Finalidade do direito à celeridade .....	492
163. Responsabilidade decorrente do descumprimento da celeridade	494
<b>§ 40.º Direito ao duplo grau de jurisdição .....</b>	<b>495</b>
164. Conteúdo essencial do duplo grau .....	495
165. Fundamentos do duplo grau.....	497
166. Limitações ao duplo grau .....	500
167. Forma de operação do duplo grau .....	502
<b>CAPÍTULO 12 – DIREITOS FUNDAMENTAIS RELATIVOS À EFICÁCIA DO PROCESSO .....</b>	<b>506</b>
<b>§ 41.º Direito à publicidade do processo .....</b>	<b>506</b>
168. Conteúdo essencial do direito à publicidade .....	506
169. Finalidades do direito à publicidade .....	511
<b>§ 42.º Limitações ao direito à publicidade .....</b>	<b>512</b>
170. Regime geral das limitações à publicidade .....	512

171. Limitações <i>ope legis</i> à publicidade.....	513
172. Limitações <i>ope judicis</i> à publicidade.....	515
173. Limitações técnicas à publicidade.....	516
<b>§ 43.º Direito à estabilidade</b> .....	517
174. Finalidades do direito à estabilidade ou coisa julgada .....	517
175. Conteúdo mínimo do direito à estabilidade ou coisa julgada.....	519
175.1. Coisa julgada formal.....	520
175.2. Coisa julgada material.....	522
176. Limitações do direito fundamental à estabilidade (ou coisa julgada) .....	528
176.1. Estabilidade da sentença executiva .....	529
176.2. Estabilidade da sentença cautelar.....	533
176.3. Estabilidade da sentença arbitral .....	535
176.4. Estabilidade da sentença contumacial .....	537
176.5. Estabilidade da sentença coletiva .....	539
176.6. Estabilidade da sentença no mandado de segurança individual.....	545
177. Limites temporais da coisa julgada .....	547
178. Desconsideração da coisa julgada.....	554

### TÍTULO III – INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

#### SEÇÃO I – PODER GENÉRICO DO JUIZ

<b>CAPÍTULO 13 – JURISDIÇÃO</b> .....	561
<b>§ 44.º Jurisdição contenciosa</b> .....	562
179. Conceito de jurisdição.....	562
180. Funções da jurisdição.....	565
181. Características da jurisdição .....	566
181.1. Inércia do órgão judiciário .....	566
181.2. Imparcialidade do órgão judiciário .....	566
181.3. Palavra final do órgão judiciário .....	570
182. Espécies de jurisdição .....	571
182.1. Jurisdição civil e penal.....	572
182.2. Jurisdição comum e especial .....	572



182.3. Jurisdição inferior e superior .....	573
182.4. Jurisdição contenciosa e voluntária .....	574
183. Controle da jurisdição no processo .....	574
<b>§ 45.º Princípios da jurisdição .....</b>	<b>576</b>
184. Enumeração dos princípios da jurisdição.....	576
185. Princípio da pré-constituição do órgão judicante (juiz natural) ...	576
186. Princípio da inafastabilidade do controle judiciário .....	578
187. Princípio da universalidade do controle judiciário .....	579
188. Princípio da inevitabilidade do controle judiciário .....	579
189. Princípio da indelegabilidade do controle judiciário .....	580
190. Princípio da indeclinabilidade do controle judiciário .....	581
191. Princípio da definitividade do controle judiciário.....	582
<b>§ 46.º Jurisdição voluntária .....</b>	<b>582</b>
192. Natureza da intervenção na autonomia privada .....	582
193. Meios de intervenção na autonomia privada .....	584
194. Forma da intervenção na autonomia privada.....	585
195. Objeto da intervenção na autonomia privada .....	585
196. Classificação da intervenção na autonomia privada.....	587
<b>§ 47.º Limites da jurisdição brasileira .....</b>	<b>587</b>
197. Limites da jurisdição .....	587
198. Princípios informativos dos limites da jurisdição .....	589
198.1. Princípio da efetividade da jurisdição brasileira .....	589
198.2. Princípio da submissão à jurisdição brasileira .....	590
198.3. Princípio do amplo acesso à jurisdição brasileira .....	592
198.4. Princípio da inconveniência da jurisdição brasileira.....	592
199. Espécies de limitações da jurisdição .....	593
<b>§ 48.º Jurisdição internacional exclusiva .....</b>	<b>595</b>
200. Casos de jurisdição internacional exclusiva .....	595
201. Litígios sobre imóveis situados no território brasileiro .....	596
201.1. Litígio sobre invalidação de patente .....	596
201.2. Falência com bens imóveis no território nacional .....	597
202. Partilha de imóveis situados no território brasileiro .....	598

<b>§ 49.º Jurisdição internacional concorrente.....</b>	599
203. Casos de jurisdição internacional concorrente .....	599
204. Jurisdição concorrente segundo o domicílio .....	600
205. Jurisdição concorrente segundo o lugar do cumprimento da obrigação.....	601
206. Jurisdição concorrente segundo o lugar do fato ou do negócio .....	602
207. Jurisdição concorrente segundo eleição de foro.....	602
208. Jurisdição concorrente e efeitos da litispendência.....	604
<b>§ 50.º Limites internacionais subjetivos da jurisdição brasileira .....</b>	606
209. Regime das imunidades jurisdicionais.....	606
210. Imunidade pessoal à jurisdição brasileira.....	607
211. Imunidade patrimonial à jurisdição brasileira .....	608
<b>CAPÍTULO 14 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....</b>	609
<b>§ 51.º Cooperação internacional geral .....</b>	609
212. Fundamentos e objeto da cooperação jurídica internacional.....	609
213. Processo de homologação da sentença estrangeira .....	612
213.1. Objeto da homologação.....	612
213.2. Competência para a homologação .....	616
213.3. Legitimidade no processo de homologação .....	616
214. Procedimento da homologação da sentença estrangeira .....	617
215. Efeitos da homologação da sentença estrangeira.....	620
<b>§ 52.º Cooperação internacional especial.....</b>	621
216. Formas da cooperação internacional especial .....	621
217. Objeto da cooperação internacional especial.....	622
218. Meios da cooperação internacional especial.....	624
218.1. Cooperação através de carta rogatória.....	624
218.2. Cooperação através de auxílio direto .....	626
219. Carta rogatória ativa .....	627
220. Carta rogatória passiva.....	628
<b>SEÇÃO II – PODER DE INICIATIVA DO AUTOR</b>	
<b>CAPÍTULO 15 – DA AÇÃO .....</b>	630
<b>§ 53.º Teoria geral da ação .....</b>	631
221. Questão de ordem: a natureza jurídica do processo.....	631

222. Teorias da ação .....	632
222.1. Concepção inicial de ação .....	634
222.2. Primeira teoria autonomista: a teoria concreta do direito de agir.....	636
222.3. Segunda teoria autonomista: a teoria abstrata da ação .....	640
222.4. Síntese inviável: a teoria eclética da ação.....	642
222.5. Balanço final das teorias da ação.....	646
223. Natureza da ação .....	647
<b>§ 54.º Condições da ação .....</b>	<b>650</b>
224. Subsistência das condições da ação .....	650
225. Espécies de condições da ação.....	656
225.1. Possibilidade jurídica.....	657
225.1.1. Conceito de possibilidade jurídica do pedido .....	657
225.1.2. Classificação da possibilidade jurídica do pedido..	658
225.2. Legitimidade das partes.....	659
225.3. Interesse processual.....	662
225.3.1. Designação apropriada do interesse processual....	662
225.3.2. Função do interesse processual .....	662
225.3.3. Caracterização do interesse processual .....	663
225.3.4. Definição de interesse processual .....	665
225.3.5. Aplicações do interesse processual.....	665
225.3.6. Momento da caracterização do interesse proces- sual .....	667
225.3.7. Consequências do interesse processual.....	667
226. Momento e forma do controle das condições da ação .....	668
226.1. Surgimento posterior das condições da ação .....	670
226.2. Desaparecimento posterior das condições da ação.....	670
<b>§ 55.º Classificação das ações .....</b>	<b>671</b>
227. Objeto da classificação das ações .....	671
227.1. Equivalência da classificação das ações e das sentenças....	673
227.2. Critérios de classificação das ações.....	674
227.3. Funções do processo e classificação das ações .....	675
228. Eficácia principal e eficácias secundárias da ação.....	676
229. Satisfação decorrente da eficácia da sentença.....	677

<b>§ 56.º Força das ações</b> .....	678
230. Classificação segundo as eficácias da ação material .....	678
231. Ação declarativa.....	679
232. Ação constitutiva .....	682
233. Ação condenatória.....	683
234. Ação mandamental .....	688
235. Ação executiva .....	691

### **SEÇÃO III – INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO**

<b>CAPÍTULO 16 – OBJETO DO PROCESSO</b> .....	694
---	-----

<b>§ 57.º Elementos da ação</b> .....	695
236. Conceito de objeto litigioso.....	695
237. Efeitos da tríplice identidade .....	699
238. Individualização da demanda coletiva.....	702

<b>§ 58.º Identificação das partes</b> .....	704
239. Noção de parte no processo civil .....	704
240. Relevância processual da noção de parte .....	705
241. Qualidade jurídica da noção de parte.....	706
242. Pluralidade de partes e cumulação de ações.....	707

<b>§ 59.º Identificação da causa de pedir</b> .....	711
243. Conceito de causa de pedir .....	711
244. Individualização e substancialização da causa de pedir .....	712

<b>§ 60.º Composição da causa de pedir</b> .....	718
245. Componentes da causa de pedir .....	718
246. Fundamento legal.....	718
247. Fatos constitutivos.....	721
247.1. Fatos principais .....	723
247.2. Fatos secundários.....	730
247.3. Fatos relativos ao interesse .....	731
248. Fundamentos jurídicos .....	732

<b>§ 61.º Espécies de causa de pedir</b> .....	735
249. Causa remota e próxima.....	735
250. Causa ativa e passiva.....	735

251. Causa simples, composta e complexa .....	736
252. Causa fechada e aberta .....	736
253. Causa de pedir na pretensão a executar .....	737
254. Causa de pedir na pretensão à segurança .....	738
<b>§ 62.º Identificação do pedido .....</b>	<b>738</b>
255. Conceito de pedido .....	738
256. Classificação do pedido .....	739
256.1. Pedido mediato e imediato .....	740
256.2. Pedido material e processual .....	741
257. Individualização do pedido .....	742
258. Requisitos do pedido .....	743
258.1. Certeza do pedido .....	743
258.2. Determinação do pedido .....	745
258.3. Congruência do pedido .....	747
258.4. Consequências da falta de requisitos .....	748
259. Interpretação do pedido .....	748
<b>§ 63.º Espécies de pedido .....</b>	<b>749</b>
260. Pedido único e múltiplo .....	749
261. Pedido determinado e genérico .....	750
261.1. Pedido genérico perante universalidades .....	754
261.2. Pedido genérico perante consequências futuras dos ilícitos .....	754
261.3. Pedido genérico perante dependência da contribuição do réu .....	755
261.4. Pedido genérico perante situações plurais e transindividuais .....	756
262. Pedido certo e implícito .....	756
262.1. Despesas processuais e honorários advocatícios .....	757
262.2. Juros moratórios .....	758
262.3. Correção monetária .....	759
262.4. Prestações vincendas .....	759
263. Pedido fixo e alternativo .....	760
264. Pedido simples e cominatório .....	762
265. Pedido divisível e indivisível .....	764
266. Pedido na execução .....	765

<b>CAPÍTULO 17 – PLURALIDADE DE OBJETOS DO PROCESSO .....</b>	<b>767</b>
<b>§ 64.º Cumulação originária de ações .....</b>	<b>768</b>
267. Conceito de cumulação originária de ações .....	768
268. Espécies de cumulação originária de ações .....	769
<b>§ 65.º Cumulação originária subjetiva .....</b>	<b>771</b>
269. Conceito de cumulação originária subjetiva .....	771
270. Espécies de cumulação originária subjetiva .....	771
271. Requisitos da cumulação subjetiva originária .....	772
271.1. Identidade de procedimento .....	772
271.2. Identidade de competência .....	773
271.2.1. Competência da cumulação subjetiva no caso de comunhão .....	773
271.2.2. Competência da cumulação subjetiva no caso de conexão.....	773
271.2.3. Competência da cumulação subjetiva nos demais casos de litisconsórcio .....	774
271.3. Compatibilidade das ações na cumulação subjetiva .....	774
271.4. Restrições à formação do litisconsórcio.....	775
<b>§ 66.º Cumulação de causas de pedir .....</b>	<b>775</b>
272. Conceito de cumulação de causas de pedir .....	775
273. Espécies de cumulação de causas de pedir .....	776
273.1. Cumulação simples de causas .....	776
273.2. Cumulação sucessiva de causas .....	776
274. Concurso de normas.....	777
275. Requisitos da cumulação de causas de pedir .....	779
275.1. Conexão subjetiva na cumulação de causas.....	779
275.2. Conexão objetiva na cumulação de causas.....	779
275.3. Adequação do procedimento e competência na cumulação de causas .....	780
275.4. Indicação implícita da cumulação de causas .....	780
276. Restrições à cumulação de causas de pedir.....	780
<b>§ 67.º Cumulação de pedidos originária .....</b>	<b>781</b>
277. Conceito de cumulação de pedidos originária .....	781

278. Classificação da cumulação de pedidos originária .....	782
279. Espécies de cumulação de pedidos originária .....	782
279.1. Cumulação de pedidos simples.....	782
279.2. Cumulação de pedidos sucessiva.....	784
279.3. Cumulação de pedidos eventual .....	785
280. Requisitos da cumulação de pedidos originária .....	787
280.1. Conexão subjetiva na cumulação de pedidos .....	787
280.2. Compatibilidade das ações no cúmulo de pedidos.....	789
280.3. Competência comum na cumulação de pedidos.....	790
280.4. Adequação do procedimento na cumulação de pedidos ...	791
281. Controle da cumulação originária de ações.....	793
281.1. Iniciativa do controle da cumulação de ações.....	793
281.2. Momento do controle da cumulação de ações.....	794
281.3. Efeitos da indevida cumulação de ações.....	794
281.3.1. Efeitos da indevida cumulação subjetiva .....	794
281.3.2. Efeitos da indevida cumulação de causas .....	795
281.3.3. Efeitos da indevida cumulação de pedidos.....	796
<b>§ 68.º Cumulação sucessiva de ações.....</b>	<b>796</b>
282. Espécies de cumulação sucessiva .....	796
283. Redução do objeto litigioso .....	798
284. Cumulação de medida de urgência cautelar.....	799
<b>§ 69.º Modificação da demanda.....</b>	<b>800</b>
285. Conceito de modificação da demanda.....	800
286. Fundamento da modificação da demanda .....	801
287. Espécies de modificação da demanda.....	802
287.1. Modificação simples e cumulativa.....	802
287.2. Modificação unilateral e bilateral.....	804
288. Causas da modificação da demanda .....	804
289. Requisitos da modificação da demanda .....	805
289.1. Termo final da modificação unilateral .....	806
289.2. Consentimento do réu na modificação bilateral.....	808
289.3. Termo final da modificação bilateral .....	809
290. Forma da modificação da demanda .....	811
291. Efeitos da modificação da demanda.....	811

<b>§ 70.º Declaração incidente</b> .....	812
292. Subsistência e fundamento da declaração incidente .....	812
293. Conceito e espécies de questões prejudiciais .....	817
294. Natureza da declaração incidente .....	819
295. Finalidades da declaração incidente .....	820
296. Objeto da declaração incidente .....	821
297. Pressupostos da declaração incidente .....	822
297.1 Legitimidade na declaração incidente .....	823
297.2. Interesse na declaração incidente .....	824
297.3. Identidade de procedimentos das ações subordinada e subordinante .....	825
297.4. Competência na declaração incidente .....	826
298. Revelia como pressuposto da declaração incidente .....	827
299. Casos de inadmissibilidade da declaração incidente .....	828
300. Controle da admissibilidade da declaração incidente .....	829
<b>§ 71.º Reunião de processos</b> .....	829
301. Cumulação sucessiva por força da reunião dos processos .....	829
302. Conceito de conexão .....	833
303. Espécies de conexão .....	838
304. Obrigatoriedade da reunião dos processos .....	841
305. Oportunidade da reunião dos processos .....	847
306. Casos de reunião dos processos .....	848
307. Efeitos da reunião de processos .....	849
<b>SEÇÃO IV – DO PODER DE REAÇÃO DO RÉU</b>	
<b>CAPÍTULO 18 – DA DEFESA</b> .....	852
<b>§ 72.º Do direito de defesa no processo civil</b> .....	852
308. Fundamento constitucional do direito de defesa .....	852
309. Características da defesa no processo civil .....	856
310. Natureza jurídica da defesa .....	859
311. Princípios da defesa no processo civil .....	860
311.1. Princípio da concentração da defesa .....	860
311.2. Princípio da eventualidade na defesa .....	861
311.3. Princípio da amplitude da defesa .....	863



<b>§ 73.º Espécies de defesa no processo civil</b> .....	864
312. Classificação dos fatos jurídicos na lei processual.....	864
312.1. Fatos constitutivos .....	864
312.2. Fatos extintivos.....	865
312.3. Fatos modificativos .....	866
312.4. Fatos impeditivos .....	866
313. Categorias de defesa no processo civil .....	866
313.1. Defesa processual.....	868
313.1.1. Defesa processual peremptória .....	869
313.1.2. Defesa processual dilatória .....	869
313.1.3. Exceções processuais e objeções processuais .....	870
313.2. Defesa de mérito.....	871
313.2.1. Defesa de mérito direta.....	871
313.2.2. Defesa de mérito indireta .....	872
313.2.3. Objeções substanciais e exceções substanciais.....	873
313.3. Defesa ativa: reconvenção .....	873
314. Estrutura da defesa do réu no processo civil .....	876
<b>CAPÍTULO 19 – DEFESA PROCESSUAL</b> .....	880
<b>§ 74.º Preliminares processuais dilatórias</b> .....	881
315. Classes de preliminares processuais dilatórias.....	881
316. Inexistência ou nulidade da citação .....	882
316.1. Diferença entre inexistência e nulidade da citação.....	882
316.2. Natureza do vício no processo em razão da inexistência ou da nulidade da citação .....	882
316.3. Comparecimento espontâneo e atitudes do réu perante a citação inexistente ou nula .....	884
317. Incompetência absoluta e relativa.....	886
317.1. Casos de competência absoluta e relativa .....	886
317.2. Regime de controle da competência.....	887
317.3. Oportunidade da alegação da incompetência .....	888
317.4. Legitimidade para arguir a incompetência.....	889
317.5. Efeitos do reconhecimento da incompetência.....	889
317.5.1. Remessa do processo ao juízo competente.....	890

317.5.2. Extinção do processo em virtude da incompetência absoluta .....	890
318. Conexão.....	891
318.1. Relevância da identidade parcial dos elementos objetivos do processo .....	891
318.2. Caráter obrigatório da reunião dos processos .....	894
318.3. Consequências da alegação de conexão na defesa do réu ..	894
318.4. Casos de conexão inseridos no âmbito da defesa dilatória.	896
<b>§ 75.º Preliminares processuais peremptórias.....</b>	<b>897</b>
319. Classes de preliminares processuais peremptórias.....	897
320. Inépcia da inicial.....	897
320.1. Defeitos abrangidos na inépcia da inicial .....	898
320.2. Consequências da alegação dos defeitos da inicial na defesa.....	899
321. Perempção .....	900
322. Litispendência e coisa julgada .....	901
322.1. Identidade das causas perante a coisa julgada .....	901
322.1.1. Falta de coincidência da coisa julgada e da litispendência.....	902
322.1.2. Relações entre declaração e condenação na litispendência e na coisa julgada .....	903
322.1.3. Relações entre a demanda coletiva e a individual na litispendência e na coisa julgada .....	904
322.2. Finalidade da iniciativa do réu na litispendência e na coisa julgada.....	908
322.3. Consequências da configuração da litispendência e da coisa julgada.....	909
323. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização .....	909
324. Convenção de arbitragem .....	910
324.1. Natureza da convenção de arbitragem .....	910
324.2. Espécies de convenção de arbitragem .....	911
324.2.1. Execução específica da cláusula compromissória .	911
324.2.2. Princípio de competência na cláusula compromissória.....	913

324.3. Efeitos da convenção de arbitragem .....	915
325. Ausência de legitimidade ou de interesse processual .....	916
326. Ausência de caução ou de outro pressuposto processual objetivo	920
326.1. Prestação de caução pro litis expensis .....	922
326.2. Depósito ou pagamento da sucumbência anterior.....	924
326.3. Impugnação ao valor da causa .....	925
326.4. Impugnação da concessão do benefício da gratuidade .....	925
<b>CAPÍTULO 20 – DEFESA DE MÉRITO .....</b>	<b>927</b>
<b>§ 76.º Defesa direta de mérito no processo civil .....</b>	<b>928</b>
327. Espécies de defesa direta de mérito .....	928
328. Características da defesa de mérito direta .....	928
<b>§ 77.º Impugnação dos fatos .....</b>	<b>929</b>
329. Conceito de impugnação dos fatos.....	929
330. Impugnação direta do fato constitutivo .....	930
330.1. Fundamento da manifestação precisa.....	931
330.2. Natureza da manifestação precisa .....	931
330.3. Finalidade da manifestação precisa.....	932
330.4. Requisitos da manifestação precisa .....	932
330.5. Efeitos da manifestação precisa .....	936
331. Impugnação indireta do fato constitutivo.....	936
332. Exceções subjetivas à impugnação específica .....	937
332.1. Isenção do advogado dativo do ônus da impugnação espe- cífica.....	939
332.2. Isenção do curador especial do ônus de impugnação .....	939
332.3. Isenção do Defensor Público do ônus da impugnação es- pecífica.....	940
333. Exceções objetivas à impugnação específica .....	940
333.1. Fatos insuscetíveis de confissão .....	940
333.2. Fatos dependentes da prova documental.....	942
333.3. Fatos em contradição ao conjunto da defesa.....	942
333.4. Fatos comuns no litisconsórcio unitário.....	943
334. Consequências da falta de impugnação dos fatos .....	943

<b>§ 78.º Impugnação do direito</b> .....	945
335. Conceito de impugnação do direito .....	945
336. Diferença entre questões de direito e questões de fato .....	946
337. Modalidades de impugnação do direito .....	949
338. Consequências da falta de impugnação do direito .....	951
<b>§ 79.º Defesa indireta de mérito no processo civil</b> .....	954
339. Exceção como meio de defesa de mérito .....	954
340. Natureza da exceção substancial .....	957
341. Espécies de exceções substanciais .....	960
341.1. Exceções autônomas e dependentes .....	960
341.2. Exceções pessoais e impessoais .....	960
341.3. Exceções dilatórias e peremptórias .....	960
342. Principais exceções substanciais .....	961
343. Ônus de alegar e ônus de provar a exceção substancial .....	962
344. Efeitos do oferecimento da exceção substancial .....	965
344.1. Omissão do autor quanto à exceção substancial .....	966
344.2. Impugnação do autor à exceção substancial .....	966
344.3. Reconhecimento da exceção substancial pelo autor .....	968
344.4. Consequências do desrespeito ao contraditório .....	968
345. Julgamento da exceção substancial .....	968
<b>CAPÍTULO 21 – REVELIA</b> .....	973
<b>§ 80.º Falta de defesa</b> .....	974
346. Conceito e natureza da revelia .....	974
346.1. Revelia e figuras afins .....	974
346.2. Revelia segundo a sistemática da lei processual .....	976
347. Descaracterização da revelia .....	979
348. Natureza da revelia .....	980
349. Classificação da revelia .....	982
349.1. Revelia total e parcial .....	982
349.2. Revelia formal e substancial .....	983
<b>§ 81.º Revelia consoante a função processual</b> .....	983
350. Relevância das funções do processo na revelia .....	983
351. Revelia no âmbito da execução .....	984
352. Revelia no âmbito cautelar .....	986

<b>§ 82.º Revelia no processo cumulativo</b> .....	988
353. Revelia na cumulação objetiva e subjetiva .....	988
354. Revelia no litisconsórcio .....	988
355. Revelia na reconvenção .....	990
356. Revelia na declaração incidente .....	991
<b>§ 83.º Revelia na intervenção de terceiros</b> .....	992
357. Revelia no chamamento em garantia (denúnciação da lide) .....	992
358. Revelia na intervenção principal (oposição) .....	993
359. Revelia no chamamento ao processo .....	994
360. Revelia na assistência .....	994
361. Revelia na correção da legitimidade passiva .....	994
<b>§ 84.º Efeito material da revelia</b> .....	995
362. Presunção de veracidade na revelia .....	995
363. Objeto da presunção de veracidade na revelia .....	997
364. Natureza da presunção de veracidade na revelia .....	997
365. Exceções à presunção de veracidade na revelia .....	999
365.1. Fatos controvertidos por um dos réus .....	999
365.2. Fatos relativos a direitos indisponíveis .....	1000
365.3. Fatos subordinados à prova documental .....	1001
365.4. Fatos desconhecidos pelo contestante .....	1001
365.5. Fatos inverossímeis, impossíveis e improváveis .....	1002
365.6. Fatos contraditados pela prova produzida .....	1003
366. Efeitos da inexistência do efeito material da revelia .....	1003
366.1. Pressupostos da especificação de provas .....	1004
366.2. Conteúdo do provimento de especificação de provas .....	1006
366.3. Prazo da especificação de provas .....	1006
366.4. Atitudes do autor na especificação de provas .....	1007
366.5. Controle da admissibilidade da especificação de provas ...	1008
367. Direito do réu à prova na revelia .....	1008
368. Direito do autor à prova na revelia .....	1009
369. Resultado da instrução em contraste com o efeito material da revelia .....	1010

<b>§ 85.º Efeitos processuais da revelia</b> .....	1010
370. Enumeração dos efeitos processuais da revelia.....	1010
371. Precipitação do julgamento do mérito na revelia.....	1010
372. Necessidade de comunicação dos atos processuais.....	1012
372.1. Constitucionalidade da dispensa de contraditório.....	1012
372.2. Pressupostos da comunicação dos atos processuais .....	1013
372.3. Objeto da comunicação dos atos processuais .....	1014
372.4. Ingresso tardio do revel no processo .....	1016
372.5. Desentranhamento da contestação extemporânea.....	1016
373. Estabilidade da demanda na revelia .....	1018
<b>§ 86.º Remédios contra a revelia</b> .....	1020
374. Fundamento do pedido de restituição .....	1020
375. Prazo do pedido de restituição.....	1024
376. Procedimento do pedido de restituição .....	1024
377. Efeitos da decisão do pedido de restituição .....	1025

## TÍTULO IV – DISTRIBUIÇÃO DOS CONFLITOS

<b>CAPÍTULO 22 – COMPETÊNCIA INTERNA</b> .....	1027
<b>§ 87.º Competência no processo civil</b> .....	1027
378. Problema de competência na formação do processo .....	1027
378.1. Identificação dos órgãos jurisdicionais .....	1029
378.2. Identificação dos dados de afetação da competência.....	1030
378.3. Identificação das fontes legislativas da competência .....	1030
379. Fundamento da competência .....	1032
380. Conceito de competência .....	1033
381. Domínios da competência interna.....	1034
<b>§ 88.º Espécies de competência</b> .....	1034
382. Competência absoluta e competência relativa.....	1034
383. Competência plena e competência privativa .....	1036
384. Competência exclusiva e competência concorrente.....	1037
385. Competência originária e competência recursal.....	1038
386. Competência horizontal e competência vertical.....	1039

<b>CAPÍTULO 23 – COMPETÊNCIA OBJETIVA</b> .....	1041
<b>§ 89.º Competência em razão da pessoa</b> .....	1042
387. Pessoa como elemento da competência .....	1042
388. Competência da Justiça Federal em razão dos sujeitos federais....	1043
388.1. Causas abrangidas na competência em razão da pessoa....	1043
388.2. Causas excluídas da competência em razão da pessoa.....	1044
388.2.1. Causas concursais.....	1044
388.2.2. Causas acidentárias .....	1045
388.2.3. Causas eleitorais.....	1047
388.2.4. Causas trabalhistas .....	1047
388.2.5. Causas de competência federal do juiz de direito...	1049
388.3. Sujeitos incluídos na competência em razão da pessoa .....	1049
388.4. Sujeitos excluídos da competência em razão da pessoa .....	1052
388.5. Posição do sujeito federal no processo.....	1054
388.6. Controle da intervenção do sujeito federal no processo.....	1056
389. Competência da Justiça Federal nas causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País .....	1057
390. Competência da Justiça Federal nos mandados de segurança e <i>habeas data</i> contra atos de autoridades federais .....	1058
391. Competência dos tribunais superiores em razão da pessoa .....	1059
392. Competência da Justiça Comum em razão da pessoa .....	1059
393. Competência dos juizados especiais em razão da pessoa .....	1060
393.1. Competência em razão da pessoa nos juizados especiais ordinários na Justiça Comum .....	1061
393.2. Competência em razão da pessoa dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Ordinária .....	1061
393.3. Competência em razão da pessoa dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Federal comum .....	1062
<b>§ 90.º Competência em razão da matéria</b> .....	1062
394. Fonte da competência em razão da matéria .....	1062
395. Competência da Justiça Federal em razão da matéria.....	1062
395.1. Causas relativas a tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional .....	1063
395.2. Causas relativas a direitos indígenas.....	1064

395.3. Causas relativas à nacionalidade e à naturalização.....	1064
395.4. Causas relativas aos direitos humanos .....	1065
396. Competência dos tribunais superiores em razão da matéria .....	1065
396.1. Competência do STJ para julgar conflitos de competência	1067
396.2. Competência do STJ para julgar conflito de atribuições.....	1067
396.3. Competência do STJ para executar seus julgados .....	1068
396.4. Competência do STJ para processar e julgar rescisórias.....	1069
397. Competência dos tribunais de segundo grau em razão da matéria .....	1073
398. Competência da Justiça Comum em razão da matéria .....	1074
399. Competência dos juizados especiais em razão da matéria.....	1075
399.1. Competência em razão da matéria nos juizados especiais ordinários na Justiça Comum .....	1075
399.1.1.1. Pretensões relativas ao arrendamento rural e à parceria agrícola .....	1076
399.1.1.2. Pretensão de cobrança de condômino .....	1076
399.1.1.3. Pretensão de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico .....	1077
399.1.1.4. Pretensão de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre .....	1078
399.1.1.5. Pretensão de cobrança de seguro de danos causados em acidente de trânsito .....	1079
399.1.1.6. Pretensão de cobrança de honorários de profissional liberal.....	1079
399.1.1.7. Pretensões previstas em leis extravagantes .....	1080
399.1.2. Pretensão de retomada de imóvel locado para uso próprio.....	1080
399.1.3. Pretensão possessória sobre imóveis.....	1081
399.1.4. Pretensões excluídas dos juizados especiais ordinários da Justiça Comum.....	1082
399.2. Competência em razão da matéria nos juizados especiais da Fazenda Pública da Justiça Comum (critério negativo) .	1082
399.3. Competência em razão da matéria dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Federal (critério negativo) ..	1084
399.4. Competência executiva nos juizados especiais ordinários na Justiça Comum .....	1085



399.4.1. Competência dos juizados especiais ordinários para executar títulos extrajudiciais .....	1085
399.4.2. Competência dos juizados especiais ordinários para executar títulos judiciais.....	1088
399.5. Competência executiva dos juizados especiais da Fazenda Pública .....	1091
<b>§ 91.º Competência em razão do valor .....</b>	<b>1093</b>
400. Fontes da competência em razão do valor .....	1093
401. Competência em razão do valor nos juizados especiais ordinários na Justiça Comum.....	1094
402. Competência em razão do valor dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Ordinária.....	1096
403. Competência em razão do valor dos juizados especiais da Fazenda Pública na Justiça Federal.....	1096
<b>CAPÍTULO 24 – COMPETÊNCIA FUNCIONAL .....</b>	<b>1098</b>
<b>§ 92.º Competência funcional .....</b>	<b>1098</b>
404. Conceito de competência funcional .....	1098
405. Fontes da competência funcional .....	1100
406. Espécies de competência funcional .....	1102
407. Relevância da competência funcional .....	1103
<b>§ 93.º Competência funcional vertical .....</b>	<b>1104</b>
408. Fundamentos da competência funcional vertical.....	1104
409. Competência vertical dos tribunais superiores .....	1105
410. Competência vertical dos tribunais de segundo grau .....	1106
411. Competência vertical da Justiça Federal de primeiro grau .....	1108
411.1. Competência para executar carta rogatória .....	1108
411.2. Competência para executar sentença estrangeira .....	1109
<b>§ 94.º Competência funcional horizontal .....</b>	<b>1111</b>
412. Fundamentos da competência funcional horizontal .....	1111
413. Competência horizontal dos tribunais superiores .....	1111
414. Competência horizontal dos tribunais de segundo grau .....	1112
415. Competência horizontal dos juízes de primeiro grau .....	1113
415.1. Competência funcional na prática de atos processuais.....	1113

415.2. Competência funcional na execução de título judicial.....	1115
415.3. Competência funcional na execução por carta.....	1117
<b>CAPÍTULO 25 – COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....</b>	<b>1119</b>
<b>§ 95.º Competência de foro.....</b>	<b>1120</b>
416. Divisão judiciária do território na Justiça Comum e na Justiça Federal.....	1120
417. Definição de competência de foro ou territorial.....	1122
418. Classificação da competência de foro.....	1122
419. Foro principal e foro subsidiário.....	1123
<b>§ 96.º Competência do foro comum.....</b>	<b>1124</b>
420. Foro comum principal.....	1124
421. Primeiro foro subsidiário ao comum: pluralidade de domicílios..	1127
422. Segundo foro subsidiário ao comum: domicílio desconhecido ou incerto.....	1127
423. Terceiro foro subsidiário ao comum: partes residentes ou domiciliadas no exterior.....	1128
424. Quarto foro subsidiário ao comum: pluralidade de réus.....	1128
<b>§ 97.º Competência dos foros especiais.....</b>	<b>1130</b>
425. Definição de foro especial.....	1130
426. Competência do foro da situação da coisa.....	1130
427. Competência do foro do último domicílio do autor da herança....	1133
428. Competência do foro do último domicílio do ausente.....	1135
429. Competência do foro do domicílio do representante do incapaz .	1136
430. Competência de foro dos sujeitos federais.....	1136
430.1. Competência de foro da União.....	1137
430.2. Competência de foro dos demais sujeitos federais.....	1137
430.3. Competência de foro nas demais causas de competência em razão da matéria da Justiça Federal.....	1137
431. Competência de foro na competência federal delegada.....	1137
431.1. Competência do foro do domicílio do autor nas causas previdenciárias.....	1139
431.2. Competência do foro do domicílio do autor nas causas de produção antecipada de prova.....	1140

431.3. Competência do foro do domicílio do réu na execução fiscal .....	1141
431.4. Competência do foro do domicílio do naturalizando .....	1142
431.5. Competência do foro do lugar de situação do imóvel na indenização por pesquisa e lavra de minério .....	1142
431.6. Competência do foro do lugar do dano na ação civil pública..	1142
431.7. Competência do foro no reconhecimento de união estável para fins previdenciários .....	1143
432. Competência do foro em ações de família .....	1143
433. Competência do foro do domicílio ou da residência do alimentando.....	1145
434. Competência do foro das sociedades privadas personificadas ou não .....	1146
434.1. Competência do foro da sede .....	1147
434.2. Competência do foro do estabelecimento secundário.....	1147
434.3. Competência do foro do estabelecimento principal .....	1148
434.4. Competência do foro da sede da serventia registral e notarial.....	1148
435. Competência do foro do lugar do cumprimento .....	1148
436. Competência do foro do lugar do ato ou do fato na reparação de dano .....	1149
437. Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato na reparação de dano provocado por delito ou por acidente de trânsito .....	1150
437.1. Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato no acidente de veículos.....	1151
437.2. Competência do foro do domicílio do autor ou do local do fato em delitos penais e civis.....	1151
438. Competência de foro do Estado-membro e do Distrito Federal ....	1152
<b>§ 98.º Competência de foro nas leis processuais extravagantes e em situações especiais .....</b>	<b>1153</b>
439. Competência na desapropriação .....	1153
440. Competência na duplicata .....	1154
441. Competência nas ações em favor de idoso.....	1154
442. Competência nas ações em favor da criança e do adolescente.....	1155
443. Competência nas ações de nulidade de patente.....	1156

444. Competência nas ações de representação comercial .....	1156
445. Competência nas ações de responsabilidade nas relações de consumo .....	1157
446. Competência nas ações contra estabelecimentos de ensino.....	1157
447. Competência nas ações de usucapião.....	1158
448. Competência na ação por improbidade administrativa .....	1159
<b>CAPÍTULO 26 – CASOS ESPECIAIS DE COMPETÊNCIA .....</b>	<b>1161</b>
<b>§ 99.º Competência nos remédios constitucionais .....</b>	<b>1161</b>
449. Problema de competência nos remédios constitucionais .....	1161
450. Competência no mandado de segurança.....	1162
451. Competência na ação popular .....	1163
452. Competência no <i>habeas data</i> .....	1165
453. Competência no mandado de injunção.....	1165
454. Competência no <i>habeas corpus</i> .....	1166
<b>§ 100.º Competência na execução .....</b>	<b>1167</b>
455. Competência na execução universal.....	1167
455.1. Competência na insolvência e recuperação judicial... ..	1168
455.2. Competência na falência e na recuperação judicial.....	1168
455.3. Unidade do juízo da execução universal.....	1169
455.4. Competência no concurso especial de credores .....	1170
455.4.1. Competência funcional na penhora.....	1171
455.4.2. Competência de “jurisdição” na penhora .....	1172
455.4.3. Modificações supervenientes do estado de fato.....	1175
455.4.4. Obrigatoriedade da reunião das execuções .....	1175
455.4.5. Oportunidade e efeitos da reunião dos processos executivos .....	1176
456. Competência na execução singular .....	1177
456.1. Competência na execução de título judicial.....	1177
456.1.1 Competência na execução do título produzido nas causas de competência originária dos tribunais ....	1178
456.1.2. Competência na execução do título produzido nas causas originárias de primeiro grau .....	1179
456.1.3. Competência na execução dos demais títulos judiciais .....	1179

456.2. Competência na execução de título extrajudicial .....	1180
456.3. Competência na execução fiscal .....	1181
<b>§ 101.º Competência na jurisdição de urgência .....</b>	<b>1182</b>
457. Problema de competência na pretensão à segurança .....	1182
458. Competência nas cautelares incidentes.....	1183
459. Competência nas cautelares antecedentes.....	1185
<b>CAPÍTULO 27 – REGIME DA COMPETÊNCIA .....</b>	<b>1188</b>
<b>§ 102.º Modificações da competência.....</b>	<b>1189</b>
460. Conceito de modificação da competência.....	1189
461. Competência objeto de modificação .....	1190
462. Espécies de modificação da competência .....	1191
463. Prorrogação legal da competência .....	1191
464. Prorrogação voluntária da competência.....	1192
464.1. Prorrogação expressa .....	1193
464.1.1. Objeto da cláusula de eleição de foro .....	1193
464.1.2. Forma da cláusula de eleição de foro.....	1194
464.1.3. Limitação à cláusula de eleição de foro .....	1195
464.2. Prorrogação tácita .....	1197
465. Prevenção da competência .....	1198
465.1. Coincidência cronológica do registro e da distribuição.....	1200
465.2. Efeitos da prevenção .....	1201
<b>§ 103.º Perpetuação da competência .....</b>	<b>1201</b>
466. Conceito e natureza da perpetuação da competência .....	1201
467. Fundamento da perpetuação da competência.....	1202
468. Conteúdo da perpetuação da competência.....	1203
468.1. Estado de fato .....	1203
468.2. Estado de direito.....	1204
469. Exceções à perpetuação da competência.....	1205
469.1 Supressão de órgão judiciário.....	1205
469.2. Criação de órgão judiciário .....	1205
469.3. Modificações na competência absoluta .....	1206

<b>§ 104.º Conflitos de competência</b> .....	1209
470. Conceito de conflito de competência.....	1209
471. Espécies de conflito de competência .....	1212
472. Legitimidade para instaurar o conflito de competência .....	1214
472.1. Legitimidade do órgão judiciário .....	1215
472.2. Legitimidade do Ministério Público.....	1215
472.3. Legitimidade das partes.....	1215
473. Competência para julgar o conflito de competência .....	1217
473.1. Conflito entre órgãos judiciários da mesma Justiça.....	1217
473.2. Conflito entre órgãos judiciários de primeiro grau de Justiças diferentes .....	1218
473.3. Conflito entre órgãos judiciários de primeiro grau e tribunais de diferentes Justiças.....	1218
473.4. Conflito entre tribunais.....	1219
473.5. Conflito entre órgãos e juízes do mesmo tribunal.....	1219
<b>§ 105.º Procedimento do conflito de competência</b> .....	1219
474. Forma da instauração do conflito de competência .....	1219
475. Instrução do conflito de competência.....	1220
476. Indeferimento liminar do conflito de competência .....	1221
477. Distribuição do conflito de competência.....	1221
478. Requisição de informações no conflito de competência .....	1222
479. Suspensão do processo no conflito de competência.....	1222
480. Juízo competente para medidas urgentes no conflito de compe- tência .....	1223
481. Audiência do Ministério Público no conflito de competência.....	1224
<b>§ 106.º Julgamento do conflito de competência</b> .....	1225
482. Julgamento colegiado do conflito de competência .....	1225
483. Pressupostos do julgamento singular do conflito de competência... ..	1226
484. Momento do julgamento singular do conflito de competência ....	1227
485. Conteúdo do julgamento singular do conflito de competência ....	1227
486. Recurso cabível contra o julgamento singular do conflito de com- petência .....	1227
487. Efeitos do julgamento do conflito de competência.....	1228

<b>§ 107.º Declaração da incompetência</b> .....	1229
488. Controle da competência no processo civil .....	1229
489. Controle da competência relativa.....	1230
489.1. Cabimento da exceção de incompetência na execução ....	1231
489.1.1. Momento e forma da exceção de incompetência na execução de título extrajudicial .....	1232
489.1.2. Momento e forma da exceção de incompetência na execução de título judicial.....	1232
489.2. Cabimento da exceção de incompetência no processo cau- telar .....	1233
489.3. Condição dos atos decisórios proferidos pelo juiz relativa- mente incompetente.....	1233
490. Controle da competência absoluta .....	1234
490.1. Forma e momento da alegação da incompetência absoluta....	1235
490.2. Legitimidade para alegar a incompetência absoluta .....	1237
490.3. Efeitos do reconhecimento da incompetência absoluta ....	1237
490.4. Recursos cabíveis contra o provimento sobre incompetência absoluta.....	1240
491. Efeitos da incompetência nos juizados especiais .....	1240
<b>CAPÍTULO 28 – COOPERAÇÃO NACIONAL</b> .....	1241
<b>§ 108.º Cooperação nacional</b> .....	1241
492. Formas de cooperação jurisdicional .....	1241
493. Espécies de cartas .....	1244
493.1. Carta de ordem .....	1245
493.2. Carta precatória.....	1247
493.3. Carta rogatória.....	1248
493.4. Carta arbitral.....	1250
494. Requisitos das cartas .....	1250
494.1. Indicação dos juízos remetente e destinatário .....	1251
494.2. Reprodução das peças fundamentais .....	1252
494.3. Indicação do objeto da carta.....	1253
494.4. Encerramento e assinatura do juízo de origem .....	1253
494.5. Reprodução de peças eventuais .....	1254
495. Prazo das cartas.....	1255

495.1. Critérios da fixação do prazo .....	1255
495.2. Consequências do vencimento do prazo.....	1256
495.3. Consequências da falta de prazo .....	1257
495.4. Intimação e cooperação das partes.....	1257
496. Caráter itinerante das cartas .....	1258
497. Modos de expedição das cartas.....	1259
497.1. Pressuposto da forma excepcional.....	1260
497.2. Exemplificação dos meios da forma excepcional.....	1260
497.3. Conteúdo da carta na forma excepcional .....	1260
497.4. Cumprimento da carta na forma excepcional.....	1261
498. Recusa de cumprimento da carta precatória .....	1262
498.1. Natureza do ato de recusa do juízo deprecado .....	1263
498.2. Casos explícitos de recusa do juízo deprecado .....	1263
498.2.1. Falta dos requisitos essenciais .....	1263
498.2.2. Incompetência do juízo deprecado.....	1264
498.2.3. Dúvida acerca da autenticidade da carta .....	1265
498.3. Casos implícitos de recusa do juízo deprecado .....	1265
499. Cumprimento e restituição das cartas.....	1266
<b>Índice Alfabético-Remissivo.....</b>	<b>1267</b>
<b>Índice Legislativo .....</b>	<b>1307</b>
<b>Índice Onomástico.....</b>	<b>1355</b>
<b>Estrutura da Obra – Processo Civil Brasileiro .....</b>	<b>1379</b>